CIDAC TL 2958
Centro de Documentação

13/9/1975

DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO, ALMIRANTE PINHEIRO DE AZEVEDO, NO ACTO DE POSSE DO VI GOVERNO PROVISÓRIO

Todos temos consciência da situação de justificado descontentamento que envolve amplas camadas desfavorecidas da população e da consequente perturbação política e social, que habilmente aproveitada por forças contra-revolucionárias põe em perigo o processo revolucionário e as conquistas tão duramente alcançadas pelo povo português.

E sabemos que se torna imperioso encontrar solução para os problemas que nos afectam: ordem pública, autoridade, disciplina e coesão das forças armadas, descolonização, economia, relações externas.

Herdámos do regime anterior ao 25 de Abril um país pobre, corrompido, dependente do estrangeiro.

Alguns milhões de contos que existiam no Banco de Portugal, pouca ajuda prestam quando um povo se defronta com o analfabetismo, a miséria dos campos, a difícil situação das pescas, a ausência de serviços públicos minimamente satisfatórios, a fragilidade da indústria, a exploração das classes trabalhadoras, a tristeza e o luto das guerras coloniais.

Iniciámos em 25 de Abril um caminho longo e difícil.

Não é fácil descolonizar territórios onde na sequência de exploração colonial a guerra se travou asperamente durante catorze anos.

Não é fácil substituir um sistema económico monopolista e latifundiário por uma economia ao serviço de todo o povo português.

Não é fácil percorrer os caminhos da independência nacional.

São tarefas que exigem lucidez, serenidade, firmeza, determinação, unidade.

Uma revolução socialista constrói-se, dia a dia, com a participação de todos os que se encontram num horizonte comum de liberdade, de dignidade humana, de justiça social.

Como o Senhor Presidente da República, também eu rejeito a social-democracia, como objectivo final da revolução.

Pretendo incluir-me num esforço conjunto, consciente e responsável, centrado na edificação da República Socialista Portuguesa.

Os sectarismos, os oportunismos, as fugas às responsabilidades, por parte de organizações e entidades, que se têm registado, não serão tolerados, e, de imediato, os desmascararei perante a nação.

Torna-se necessário construir, desde já, um clima de ordem pública e de respeito pela autoridade.

Não me refiro a uma ordem qualquer, a uma autoridade qualquer.

A ordem democrática e autoridade revolucionária são imprescindíveis para, com serenidade e firmeza, se conso-

lidarem as vitórias do povo português, repensando a revolução, reformulando os serviços, melhorando a vida do homem e da colectividade.

Defendemos a via do socialismo e da democracia pluralista para atingirmos a sociedade socialista.

O que exige uma clara e firme direcção política.

Admitimos partidos que defendam a social-democracia com os quais consideramos ser necessário e útil colaborar, sem no entanto lhes permitir tomar a direcção política do processo revolucionário.

Permitimos outros partidos capitalistas definindo-os, desde já, como oposição ao socialismo que pretendemos, e não transigindo com acções contra-revolucionárias.

Veremos com satisfação a convergência das forças socialistas num projecto consequente de transformação da sociedade portuguesa.

As Forças Armadas, onde se iniciou a revolução, encontram-se perturbadas com a complexa situação política e, ultimamente, com procedimentos menos correctos da parte de alguns militares e terão de reencontrar rapidamente o necessário equilíbrio.

A coesão do M. F. A. e a disciplina das Forças Armadas são factores fundamentais que determinam o sucesso ou a derrota da revolução.

Coesão obtida num real e eficiente entendimento político.

Disciplina consciente, responsável, que permite dar resposta ao que a nação exige das actuais Forças Armadas e muito sabemos ser.

Nos últimos tempos, por razões várias houve uma real degradação da situação político-militar.

Todos os homens honestos deste país, militares ou civis, devem analisar o que foi feito, sem anátemas nem agressões estéreis, e reencontrar os caminhos da unidade revolucionária, na construção de uma sociedade justa e independente, onde viver, seja um contínuo exercício de dignidade humana.

Estou certo que o povo português, em cujas reais qualidades confio inteiramente estará à altura do desafio da História.

Em Angola e Timor passamos por uma fase muito difícil de um processo de descolonização que, é preciso não esquecer, constitui na globalidade, uma das concretizações de maior mérito da revolução portuguesa.

Procuraremos, com decisão, garantir aos povos angolano e timorense o acesso à independência, à liberdade e ao progresso, porque tanto lutaram, evitando, sempre que possível, mais sacrifícios e mais dor.

Aos nossos compatriotas que honestamente trabalharam durante gerações nas ex-colónias asseguramos que tudo faremos para salvaguardar os seus legítimos interesses e que os acompanharemos com total fraternidade nas horas difíceis que estamos sofrendo, procurando solucionar os problemas concretos com que se debatem.

Aos camaradas que durante as trágicas guerras coloniais se viram diminuídos física e psiquicamente asseguro que tudo farei para que seja possível enriquecer o País com o contributo válido que as suas potencialidades asseguram.

Para os nossos compatriotas emigrantes, trabalhadores que sofreram a humilhação máxima de serem obrigados a abandonar a terra onde nasceram, para garantir condições mínimas de vida às suas famílias vai a nossa profunda identificação com o patriotismo que em todas as circunstâncias e de forma inequívoca sempre demonstraram. Contamos convosco e sabemos que estão solidários com os objectivos da revolução portuguesa.

Umas palavras finais, que considero de extrema importância referentes ao sexto governo provisório a que tenho a honra de presidir.

É um governo que tem o mérito de procurar, num determinado momento histórico, encontrar a saída para uma grave crise política, económica e social, através de uma definição política conjunta dos três principais partidos políticos.

Não é um governo de coligação de partidos, mas sim um governo de unidade obtida no desenvolvimento e concretização das medidas aprovadas.

Acredito que o patriotismo, a lucidez, a real capacidade, de todos os elementos que compõem o sexto governo provisório se afirmarão ao longo do tempo e justificarão as esperanças que o povo português neste momento em nós deposita.

Ao Senhor Presidente da República, general Costa Gomes, companheiro de luta desde o primeiro dia da revolução quero manifestar a minha profunda estima e reconhecimento pelo empenho e pela ajuda preciosa que me dispensou e permitiram ultrapassar as dificuldades e constituir o sexto governo.